

## ELOGIO DA PRÁTICA COMO FONTE DE TEORIA

Helena Neves Almeida\*

O interesse pelas condições tendentes á articulação entre o agir e o investigar acompanha a ainda recente trajectória de confirmação de uma cultura de investigação neste domínio. O reconhecimento do grau de licenciatura e o esforço de formação pós-graduada empreendida a nível nacional a partir dos anos 80-90 com os cursos de mestrado e de doutoramento, veio impulsionar as preocupações com a génese, natureza e conceptualização dos conhecimentos aplicados e produzidos no campo da prática profissional. No entanto, este empreendimento é ainda residual, permanecendo actual o discurso denunciador do fosso existente entre a teoria e a prática. Segundo os profissionais, as Universidades e Institutos ensinam teoria por vezes de forma desfasada da realidade de desempenho profissional, sem a necessária aproximação ao mercado de trabalho e às contingências da prática profissional, enquanto do lado dos estabelecimentos de ensino se reconhece a necessária articulação com o campo da prática, através dos estágios e do desenvolvimento de espaços teórico-práticos que permitam a partilha de conhecimentos, mas sempre com o reforço do valor da teoria como guia da prática. Esta questão não é recente.

Pesquisas efectuadas no Reino Unido sobre o uso de teorias pelos práticos sugerem que eles raramente usam uma teoria particular identificável, mas sim uma “*teoria prática*” (Banks, 1995, 52), isto é, conhecimento apreendido da prática e partes de corpos teóricos e técnicos adquiridos no trabalho (Curnock e Hardicker, 1979; Roberts, 1990). As actividades e os papéis são tão variados e os contextos tão diversos, que é difícil estabelecer um corpo teórico único para a intervenção social. Interessa, pois, saber se o trabalhador social se reduz a um mero utilizador de conhecimentos, ou até que

---

\* Professora do Instituto Superior Bissaya-Barreto (Coimbra), Doutora em Letras/Trabalho Social.

ponto o conhecimento teórico influencia a sua prática reflexiva (Schön, 1987) e empenhada (Ronby, 1992), contribuindo dessa maneira para a produção de novos conhecimentos. Colocam-se então várias questões, sendo a primeira aquela que diz respeito à relação entre teoria e prática no processo de intervenção social.

São vários os estudos que evidenciam que os interventores sociais elaboram e retêm modelos durante a sua prática, apesar das dificuldades que têm em os identificar. Entre eles salientam-se (Payne, 2002):

- O estudo efectuado por Carew em 1979 a 20 trabalhadores sociais no Norte de Inglaterra que revela que poucos profissionais aplicavam teoria de forma explícita no decurso do seu trabalho, mas muitos a usavam sem se aperceberem disso, mais como uma rede de suporte do que como um guia explícito para acção. A maior parte referia ter adquirido uma série de destrezas, através da prática, que lhe permitiam desenvolver procedimentos adequados aos problemas apresentados pelos clientes.
- Um outro estudo, efectuado por Barbour em 1984 junto de 20 estudantes, para além de identificar duas perspectivas no uso da teoria (uma perspectiva de ajuda e outra curativa), permitiu ainda identificar três grupos de situações: 1) os estudantes que tinham adquirido ideias gerais e métodos, mas que eram incapazes de dizer qual a origem desses conhecimentos; eram sobretudo incapazes de os situar no plano da teoria; 2) os estudantes que usavam teorias particulares que consideravam relevantes, e cada estudante construía um “stock” de conhecimentos, uma amálgama de instrumentos profissionais a ser usados e 3) os estudantes cujo uso de conhecimentos estava associado à sua personalidade.

Destes estudos sobressaem três argumentos (Payne, 2002): O argumento pragmático, o argumento positivista e o ecletismo.

- *O argumento pragmático* considera que existe um conjunto confuso de teorias, a maior parte importadas de diferentes contextos sociais, económicos e políticos e sem aplicação útil. As dificuldades de aplicação à prática derivam de razões diversas, entre as quais se salienta: por um lado, o carácter generalista de algumas teorias, o que impede a sua utilização em acções práticas específicas, e por outro a existência de uma grande competição entre teorias, o que dificulta a escolha de uma delas. Segundo o argumento pragmático, existem três tradições separadas:
  - a) a tradição pragmática associada ao trabalho social em serviços oficiais (Poor Law, Segurança Social ) cuja componente de apoio económico é fundamental;
  - b) a tradição socialista que concentra reformas sociais, criticismo social e intervenção colectiva (grupos e comunidades);
  - c) a tradição terapêutica relacionada com indivíduos e grupos que apresentam problemas pessoais e dificuldades sociais.

Tendo em consideração tais abordagens, as diferentes práticas reflectem a influência de referenciais teóricos diversos das ciências sociais e humanas, designadamente da sociologia e da psicologia<sup>1</sup> e tal facto dificulta a sua utilização pelos profissionais do social.

- *O argumento positivista*<sup>2</sup> defende que muitas das teorias são insuficientemente rigorosas e não constituem verdadeiras teorias uma vez que

---

<sup>1</sup> Malcom Payne (2002) refere entre outras teorias, as teorias da comunicação, teorias da mudança, teorias do conflito, teorias psicodinâmicas da personalidade, teorias comportamentais, teorias cognitivas, teoria dos sistemas

<sup>2</sup> Segundo De Bruyne & al. (1984) o positivismo reconhece que : 1 – o mundo social é inacessível, só o mundo dos factos é cientificamente analisável; 2 – o mundo subjectivo (consciência, intuição e valores) escapa à ciência; 3 – a observação exterior é o único guia, sendo a compreensão e a introspecção rejeitadas devido à ausência de controle; 4 – a noção de lei geral encontra-se no centro do programa positivista, e visa a descoberta e a verificação de leis gerais. O indivíduo, não tem interesse nem significado em si mesmo; 5 – o conhecimento das estruturas essenciais e das causas fundamentais e finais é ilusório. O conhecimento verdadeiro é fruto da capacidade de predizer acontecimentos que pertencem à esfera da pertinência das leis que estabeleceu. Erickson (1986) considera que o paradigma positivista radica no postulado da uniformidade da vida social. A orientação positivista valoriza uma “neutralidade axiológica” à acção e privilegia os valores da racionalidade, do rigor e da eficácia (Groulx, 1984).

descrevem e levantam hipóteses, mas não possuem um poder explicativo suportado por referências empíricas. Segundo esta perspectiva, a compreensão da actividade humana deverá ser baseada em métodos das ciências naturais, e por conseguinte predizer comportamentos, partindo de métodos experimentais e de testes estatísticos.

- O *eclétismo* centra a atenção na possibilidade de utilizar diversas teorias ao mesmo tempo, de forma combinada. Segundo este argumento, os clientes devem poder beneficiar de todo o conhecimento disponível, uma vez que as teorias pertencem a diversos domínios disciplinares ou podem trabalhar a diferentes níveis. Este facto fundamenta o argumento de que será possível fazer uso de diferentes teorias de forma combinada.

### **Que reflexão nos merecem tais argumentos?**

Quanto ao **argumento pragmático**, se considerarmos que a teoria é socialmente construída e que corresponde muitas vezes à necessidade de dar resposta a questões e problemas sentidos em várias instituições (Grawitz, 1986, 331), então teoria e prática não são universos separados. A teoria revela-se útil à renovação das práticas e a prática, entendida como campo de interacção de múltiplos factores como o contexto, a procura e os actores, é essencial à construção de novos conhecimentos. Se a questão se coloca a nível da capacidade de prescrição, então convém assinalar que tudo aquilo que fazemos é teórico (Howe, 1987).

Também o **argumento positivista** é falacioso. Nos anos sessenta surgiram novas orientações epistemológicas que, por influência da tradição weberiana, passam a valorizar o carácter subjectivo e o significativo das acções dos actores. Segundo o paradigma interpretativo/compreensivo da construção de conhecimento, as relações entre os comportamentos e os significados que os actores lhes atribuem, variam através das suas interacções sociais, pelo que a comportamentos idênticos podem corresponder significados

diversos consoante os contextos (Lessard-Herbert; Goyette et Boutin , 1994)<sup>3</sup>. O paradigma interpretativo afirma uma continuidade relativamente ao saber de senso comum. Os saberes do senso comum que todos os sujeitos têm sobre a sua realidade, história e meio constituem a base do conhecimento das realidades sociais. Tal pressuposto não implica uma ruptura com o senso comum protagonizada pelo positivismo, e defendida por aqueles que desvalorizam o conhecimento que coloca em evidência a perspectiva compreensiva, mas uma continuidade entre aquele e o saber científico. Neste contexto, o mundo quotidiano passa a ser valorizado como fonte de conhecimento, por influência da corrente fenomenológica de Husserl. Esta nova abordagem permite identificar como estranho aquilo que é familiar, e explicitar o que está implícito. A vida quotidiana escapa-nos por ser muito familiar, por existirem laços de proximidade que se constituem em entraves no processo analítico. Segundo esta abordagem, a compreensão de situações particulares torna-se viável através da análise de elementos concretos da prática e dos significados que os sujeitos atribuem aos acontecimentos e às condições contextuais da sua existência.

Esta orientação epistemológica centra-se sobre a compreensão e não sobre a explicação (determinista) de “realidades externas” como defende o positivismo de Durkheim (1980). Aliás, o poder explicativo das ciências sociais centrado na procura de nexos de causalidade é ilusório dado a dificuldade em isolar os factores intervenientes nas situações sociais reais. Face ao exposto, poder-se-á questionar se estudar o social significará explicar ou compreender? Ao considerarmos que o objecto social não é uma realidade exterior, mas sim uma construção subjectiva, então estudar o social implica compreendê-lo. No entanto, compreender pode significar, como salienta Max Weber, explicar a motivação e o sentido atribuído ou associado à acção. Neste sentido, explicar é também apreender o contexto em que ela se insere.

---

<sup>3</sup> Os autores citados caracterizaram o paradigma interpretativo como uma orientação baseada no postulado ontológico dualista (a realidade é simultaneamente materialista e espiritualista), com uma dimensão social que valoriza o contexto espacial e temporal (os significados variam em função dos grupos específicos de indivíduos, que pelas suas interações partilham determinadas compreensões e tradições próprias deste meio, que difere de um grupo para outro). Do ponto de vista ontológico, a uniformidade da vida social é aparente, apesar de constituir uma categoria epistemológica necessária à interpretação do mundo

Abordagens qualitativas (que privilegiam a procura de nexos de sentido) e quantitativas (centradas na construção de relações de causalidade) complementam-se, existe um “continuum” epistemológico entre elas e não uma dicotomia. A validade da pesquisa não depende estritamente das técnicas utilizadas, mas da metodologia adoptada e esta corresponde sempre a uma lógica e uma heurística, onde a prova e a descoberta são elementos essenciais.

Vejamos agora o **argumento eclético**. A teoria não é uma receita, mas potencia a prática, fornece-lhe orientações preciosas no plano da compreensão da realidade e contexto em que trabalha e do próprio processo de intervenção, sem cair no praticismo. A teoria constitui um guia essencial tanto no plano da construção de novos conhecimentos como no da acção, uma vez que fornece à prática (Payne, 2002):

*Modelos* - que permitem destacar determinados princípios e padrões de actividade que uniformizam as práticas, a partir de descrições de procedimentos práticos gerais;

*Abordagens ou perspectivas* – no quadro de actividades humanas complexas que permitem que os sujeitos participem de forma consciente nos processos em que estão implicados;

*Explicações* – sobre os motivos porque uma dada acção resulta de uma dada maneira, e em que circunstâncias tal acontece;

*Prescrições* – de acções, permitindo uma intervenção adequada a circunstâncias específicas;

*Justificações* – para o uso de modelos e de explicações da prática;

*Responsabilidades* – na descrição de práticas adequadas.

Mas a aceitação da possibilidade de se poderem combinar conhecimentos diversos no decurso da acção, não pressupõe que o interventor social se liberte das suas responsabilidades no processo de acumulação, integração e transformação de saberes provenientes da prática, como se a teoria restringisse a acção ou limitasse a produção de conhecimento, ou ainda como se a prática constituísse um reservatório da teoria.

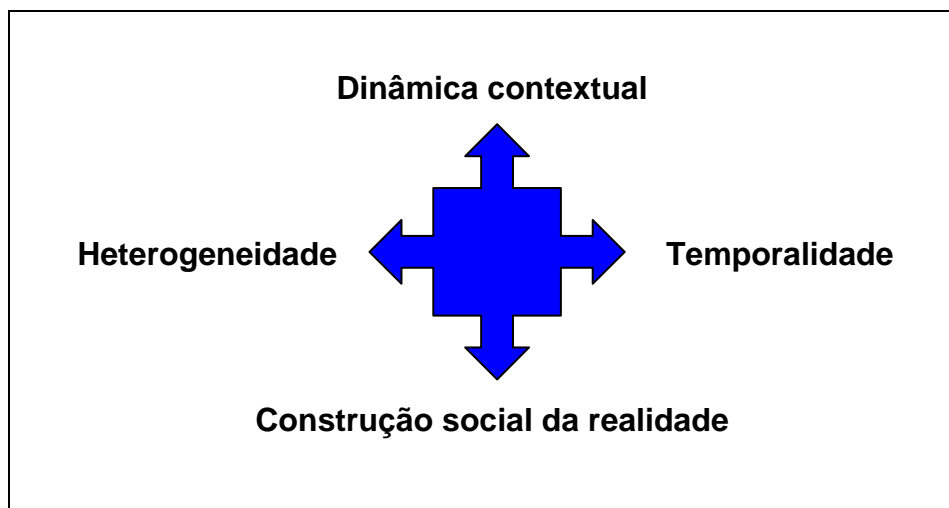
A teoria deve ser entendida como um instrumento orientador da acção e a acção como um espaço de renovação do conhecimento. Neste contexto, o

campo da prática constitui-se como uma entidade dinâmica, propiciadora da construção de novos conhecimentos. A acção é sempre provida de sentido e significado e o interventor não se pode remeter a um papel passivo no processo de recepção e aplicação dos conhecimentos. Os saberes renovam-se no quotidiano e no contexto da relação entre actores sociais. Os interventores sociais têm de ter consciência deste facto e não podem ignorar ou negligenciar a enorme fonte de conhecimento que constitui a prática profissional. Teoria e prática estão indiscutivelmente associadas.

## I – De que prática falamos? Que características apresenta?

A prática profissional não se reduz a um mero conjunto de actividades simples e rotineiras; a sua complexidade deriva da confluência de várias componentes analíticas do quotidiano profissional, designadamente a dinâmica contextual, a heterogeneidade, a temporalidade, a construção social da realidade, com fig.1.

**Figura 1 – Componentes analíticas do quotidiano profissional**



Almeida.Helena (2004). "Família, suporte social na doença", Comunicação efectuada no Congresso *Família XXI: Ilhas de (in)segurança?*, Figueira da Foz.

- **Dinâmica contextual** – ou seja, o *social existente*, formalmente manifesto em práticas, regulamentações, normas tanto ao nível da instituições como das populações e o *social latente*, que corresponde às expectativas das pessoas, das populações, seus recursos potenciais, assim como novas áreas de intervenção institucional (Blanc, 1986).
- **Heterogeneidade** - a acção profissional é objectivada em campos de intervenção diversificados (Saúde, Educação, Justiça,...), através de actividades (atendimentos, encaminhamentos, relações



externas,...), atitudes (confronto, aceitação, conformismo, negação...) e procedimentos (adaptativos, pró-activos, conciliadores,...) diversos providos de diferentes significados.

- **Temporalidade** – o desenvolvimento da acção profissional inscreve-se no campo das trajectórias pessoais e institucionais simultaneamente singulares e genéricas. Singulares na sua expressão individual e genéricas, expressão da historicidade que determina a situação de cada sociedade e sujeito. Cada sujeito, instituição e sociedade possui um tempo próprio, regulado por tensões e constrangimentos mas também oportunidades sociais específicas.
- **Construção social da realidade** - a prática profissional não se impõe ao interventor como se de uma rotina pragmática se tratasse. Cada profissional adapta-se ao contexto de intervenção, descreve e interpreta situações, constrói teorias informais sobre a prática (Payne, 2002), sobre os actores (utentes, técnicos e instituições), sobre o meio envolvente, utilizando para isso conhecimentos que capta e assimila na sua relação com o mundo e com os outros. Como refere Berger e Luckmann “A vida quotidiana apresenta-se como uma realidade interpretada pelos homens e subjectivamente dotada de sentido para eles na medida em que forma um mundo coerente” (1976:35)

Decorrente da presença destes factores, derivam atributos cujo desconhecimento contribui para a desvalorização dos saberes que estão associados à prática profissional:

**1 – A prática profissional é sempre contextualizada.** Ela situa-se “no contexto das relações sociais concretas de cada sociedade” (Baptista, 2001: 13) e de cada sujeito, num espaço de confluência de tensões e constrangimentos históricos, económicos, sociais, culturais e políticos que diferem de sociedade para sociedade, de instituição para instituição e de

sujeito para sujeito. Tal facto, faz com que as práticas nunca sejam iguais. Elas poderão ser similares. Porém a singularidade e a particularidade da situação exigem uma avaliação diferenciada e o uso de procedimentos adaptados a essa realidade. A eficácia de um dado modo de agir numa determinada situação não constitui garantia de bons resultados numa outra por muito similar que seja ;

**2 – A prática profissional é uma construção**, um produto humano materializado em actividades, atitudes, procedimentos, que resultam da interpretação dos sujeitos e da sua relação com o mundo e com os outros (Berger e Luckmann, 1976). A relação entre o assistente social e o seu mundo socioprofissional estabelece-se também no quadro de uma rede de relações e consequentemente de interesses e lógicas que integram uma estrutura particular de actores (utentes, organizações, profissionais) e de significados. Cada profissional constrói socialmente a sua realidade de trabalho, tomando-a como uma unidade, através de esquemas tipificadores de acções e actores.

A teoria estratégica de Crozier e Friedberg (1977) parte da recusa de qualquer determinismo narcisista do sistema social e analisa a função das estratégias do actor. Implícita ou explicitamente as estratégias visam aumentar a margem de liberdade em relação às regras do jogo social. O conceito de jogo surge em oposição às teorias comportamentais adaptativas e passivas. Através do jogo, os actores regulam as modalidades da sua cooperação e permite-lhes conciliar a liberdade e o constrangimento. Quem joga tem poder de decisão, mas se o seu objectivo é ganhar terá que adoptar estratégias racionais, respeitar as regras, aceitar os constrangimentos e defender os seus interesses. O sistema corresponde ao conjunto do jogo e as estratégias às opções que cada participante define durante o jogo<sup>4</sup>.

---

<sup>4</sup> Nos estudos que Crozier efectuou do fenómeno burocrático (1963), o autor mostra que mesmo nas estruturas mais despersonalizadas e isoladas, os indivíduos dispõem sempre de uma margem de manobra, através da instauração de poderes paralelos em áreas de actividade não codificadas nem regulamentadas. Essa margem de manobra permite-lhes salvaguardar e alargar os seus interesses, pervertendo o sistema. Por isso, a explicação dos comportamentos a partir das características do sistema social, seus objectivos, suas estruturas ou funções é aparente. Igualmente é ilusório considerar que o sujeito é passivo, que se adapta ao sistema e interioriza as suas características, como nos ditam as teorias do condicionamento e do determinismo social. O actor utiliza a sua margem de manobra nas relações de poder, negociando a sua participação e manipulando tanto os seus parceiros como a própria organização. Os seus objectivos raramente são claros e os projectos

Para alcançar os seus objectivos e elaborar estratégias, os actores devem participar na prossecução de objectivos colectivos. A estrutura e as regras da organização definem as relações e as modalidades de exercício dessas relações, regularizando o seu desenvolvimento. Segundo o mesmo autor, as regras destinam-se a suprimir fontes de incerteza e desse modo controlar a liberdade dos actores. Mas essas fontes de incerteza não são eliminadas, e criam novas regras. O fenómeno da burocracia é disso revelador. Em vez de acentuar o poder do superior, o aumento de regulamentação, a centralização de decisões e a estratificação dos grupos limitam o poder do subordinado mas reduzem ao mesmo tempo a arbitrariedade do superior. Neste sentido, protege o subordinado, permitindo criar zonas de incerteza que lhe permitem obter meios de negociação. A estrutura e as regras organizacionais podem impor limitações mas favorecem e delimitam zonas de incerteza que os actores tentam controlar em proveito próprio, maximizando as vantagens e minimizando as desvantagens ou perdas. Caso contrário, os actores não se mobilizarão e farão o seu investimento noutras direcções. A organização não é um sistema de regras e objectivos colectivos homogêneos, mas um universo de conflitos resultante do confronto de estratégias dos actores. A mobilização dos actores para os objectivos comuns apenas se processa caso eles possam vir a adquirir poder, através do controle das fontes de incerteza. Deste modo, o constrangimento é importante, mas é necessário não o confundir com condicionamento ou com determinismo mecânico. Caso se confundam, os indivíduos são percebidos como "suportes das estruturas" e condicionados pelos seus papéis.

---

coerentes: eles são múltiplos, ambíguos, mais ou menos explícitos e contraditórios, e variam no decurso da acção e em função dela. Face às limitações e constrangimentos, o sujeito não resiste passivamente às exigências externas. A sua conduta é sempre significativa para o sujeito, tem sempre uma intencionalidade no processo de descoberta de oportunidades, na relação com os outros actores e no quadro do jogo que com eles estabelece. O conceito de estratégia não se aplica apenas aos comportamentos racionais, mas também às condutas por tentativas e erros. Ela não é anterior, deliberada ou consciente, pelo que as atitudes podem constituir "*orientações estratégicas*" em função do futuro, e têm em consideração as potencialidades, os recursos, os riscos e as oportunidades. De acordo com a análise estratégica o sujeito avalia, adapta-se e explora as situações em que se desenrola a acção. A capacidade racional que possui permite-lhe escolher estrategicamente meios consequentes para atingir determinados fins, como escolher as soluções menos arriscadas e que maximizem os benefícios.

O interventor social é um actor dotado de vontade e a sua acção revela intenção. Cada profissional é um ser singular com um projecto próprio de profissão e de sociedade e um ser genérico, um sujeito activo da praxis social. Ele descreve, interpreta as suas experiências quotidianas, conferindo sentido às suas acções e às dos outros. A descrição e a interpretação permitem-lhe a reconstituição permanente da realidade. Esta interpretação é produzida de forma contínua na interacção com os outros, ela é intersubjectiva. Através deste processo, cada sujeito reconstrói o sistema social em que participa. Factores como a idade, formação ou estatuto, interferem no modo como os profissionais definem e redefinem o seu propósito profissional, designadamente o seu espaço e projecto profissional.

Tal facto leva-nos a afirmar que a actividade profissional quotidiana está organizada em torno do “aqui” e “agora”, mas não se esgota no imediato e circunstancial. Ela está alicerçada numa diversidade de origens e expectativas sociais, comportamentos e preferências teóricas, ideológicas e societárias, projectos profissionais diferentes, embora se identifiquem valores comuns orientadores, tais como a liberdade, a defesa intransigente dos Direitos do Homem e do Cidadão, a democratização de procedimentos, o compromisso com a competência e com a qualidade dos serviços prestados (Netto, 2001)<sup>5</sup>. Como refere Michel Chauvière “O trabalho social tem em si o desejo tanto de uma sociedade igualitária (e não apenas de igualdade de oportunidades), de

---

<sup>5</sup> Segundo este autor, existe um conjunto de valores comuns a projectos profissionais diferenciados, a saber: *A Liberdade*: Reconhece a liberdade como valor central, concebida historicamente como possibilidade de escolha entre alternativas concretas. Deste modo, a liberdade surge associada à autonomia, à emancipação e desenvolvimento dos sujeitos entendidos como actores providos de vontade; *A Defesa intransigente dos Direitos do Homem e do Cidadão*: A equidade e a justiça social, na perspectiva da universalização do acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, a ampliação e a consolidação da cidadania constituem condição para a garantia dos direitos civis, políticos e sociais; *A democratização de procedimentos*: O projecto reclama-se radicalmente democrático, entendendo-se democratização como a “socialização da participação política e socialização da riqueza socialmente produzida”; *Um compromisso com a competência*: A competência profissional implica uma formação académica qualificada que viabilize a “análise concreta da realidade social” imprescindível ao desenvolvimento de procedimentos adequados. A auto-formação permanente e o exercício de uma postura investigativa revelam-se fundamentais. É necessário romper com o voluntarismo e com o isolamento profissional; *Um compromisso com a qualidade dos serviços prestados*: O projecto profissional radica num compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população, o que implica uma maior participação dos utentes na tomada de decisão. A defesa e a reprodução dos princípios e valores éticos que lhe estão subjacentes exige sujeitos profissionais activos e autónomos (ver Almeida, H. (2002). *Serviço Social, ética, deontologia & projectos profissionais*, in [www.cpihts.com](http://www.cpihts.com)).

uma sociedade de justiça (e não apenas de equidade), de uma sociedade de não-discriminação (e não apenas de acção afirmativa), como de uma sociedade de responsabilidade ou de fraternidade” (2005:16).

**3 - Rotina e ruptura constituem duas faces do quotidiano profissional:** Rotina na medida em que enquadra um conjunto de actividades sequenciais e repetitivas (fazer a visita diária num lar de idosos, proceder ao acolhimento de utentes, estabelecer contactos com recursos externos,...), mas igualmente de ruptura quando os procedimentos correntes se revelam ineficazes na procura de alternativas sociais. Este é aliás um dos referentes fundamentais na prática dos assistentes sociais, uma vez que a construção de alternativas sociais implica a rejeição do modelo de “deficit” em favor de uma pesquisa política e prática comprometida com experiências transformadoras (Almeida, 2001). É neste contexto que emerge o questionamento, denunciador da ruptura com o pragmatismo que está associado à rotina. A presença de rotinas na prática profissional não constitui em si um problema, até porque pode libertar os profissionais para actividades mais complexas ou inovadoras. Como refere Myrian Baptista (2001), a rotina apenas constitui problema quando ela é redutora da prática profissional ao imediatismo e, por isso, inibidora de posturas de compromisso com a mudança.

**4 – A diversidade de posturas profissionais é útil à sedimentação de experiências anteriores organizadas e estruturam o seu stock de conhecimentos que lhe conferem identidade** e onde se incluem (Dubar, 1996 : 261) diversos saberes:

- *Saberes práticos* – saídos directamente da experiência de trabalho que não estão associados a saberes teóricos ou gerais;
- *Saberes profissionais* – que implicam articulações entre saberes práticos e saberes técnicos que estão no centro da identidade estruturada pela profissão;
- *Saberes de organização* – que implicam igualmente articulações entre saberes práticos e teóricos e que estão associados a uma lógica de responsabilidade;

- *Saberes teóricos* - que estruturam uma identidade marcada pela incerteza e instabilidade, fortemente orientados para a autonomia, e que estão associados a uma constante exigência de actualização e reconversão profissional.

Na prática cruzam-se e constroem-se diversos tipos de conhecimentos, ultrapassando a lógica da divisão entre conhecimento teórico e prático, sempre permeados por valores. Caso se pretenda compartimentar a reflexão da acção está-se a laborar numa ilusão (De Bruyne, Herman et Schoutheete, 1991; Banks, 1995). Os três campos são interdependentes e cruzam-se no quotidiano das práticas de intervenção, dando origem a conhecimentos e posturas diversificados.

O facto de o assistente social se confrontar diariamente com a necessidade de construir respostas a questões concretas vividas pelos utentes que recorrem às instituições e ao serviço social torna complexa a relação entre a elaboração teórica e a intervenção. O profissional tem de mobilizar competências de análise e de crítica fundamentais à tomada de decisão implícita a qualquer tipo de acção desenvolvida. O assistente social interpreta a situação num processo dialéctico de construção da realidade de forma peculiar em função dos conhecimentos que possui e constrói, materializando-os em acções concretas. Esta objectivação revela a relação que ele estabelece com a teoria, designadamente:

- Combinação entre teoria e prática, e neste contexto o problema é simultaneamente teórico e prático,
- Afirmação da teoria como fonte de análise e intervenção em situações concretas,
- Utilização da teoria na reflexão e justificação da prática,
- Utilização da teoria como um instrumento favorável a uma maior eficácia da prática.

## II - Em que medida a prática se constitui como fonte de teoria?

A prática profissional no quotidiano é uma rota de conhecimento, na medida em que se configura num conjunto de actividades heterogéneas, que espelham uma realidade interpretada pelo assistente social e por todos os actores intervenientes, acções subjectivamente dotadas de sentidos que conferem coerência ao saber profissional. Integra uma diversidade de campos, lógicas e interesses, no quadro de problemas e políticas sociais que é necessário explorar, decompor e construir através de procedimentos rigorosos e metodológicos. Cada realidade de intervenção comporta problemas de pesquisa diversificados. Para lá de cada objectivação, existe uma zona de penumbra que é necessário iluminar.

Como refere Machado Pais (2002, 33) “o quotidiano é uma rota de conhecimento...não é uma parcela isolável do social...é o laço que nos permite “levantar caça” no real social, dando nós de intelegibilidade ao social”. A pesquisa permite captar a diversidade no sentido de identificar, compreender e explicar aquilo que é comum (o repetitivo e ordinário) e diferente (o extraordinário).

Porém, ainda segundo o mesmo autor, “A revelação do social – seguindo as rotas do quotidiano - não obedece a uma lógica de demonstração, mas antes a uma lógica de descoberta na qual a realidade social se insinua, conjectura, indicia” (Pais, 2002: 34). Tal não se compagina com uma mera construção e/ou aplicação de técnicas de recolha de dados; implica a mobilização de competências de questionamento, reflexão, análise e crítica sistemáticas acompanhadas de um domínio do rigor metodológico. Este processo implica duas condições: a ruptura com o fatalismo funcional e a confirmação de uma “cultura de investigação”. Analisemos cada uma delas em particular.

**1 – A adopção de um posicionamento de ruptura com o fatalismo funcional**, alicerçado no modelo de “deficit” e que origina discursos de vitimização profissional, evitando o ritual pragmático através do questionamento e crítica construtiva, valorizando a intervenção reflexiva que implica a aceitação do carácter



reductor das acções pontuais e imediatas, reconhecendo os poderes associados à intervenção decorrentes da relação e da proximidade com o terreno.

**A - Evitar o ritual pragmático:**

Diariamente existe um conjunto de diligências rotineiras, adequadas ao normal exercício das funções. Tal não significa que a intervenção possa ser entendida como se de um ritual pragmático se tratasse. Há que criar condições para a emergência do novo, através do domínio das atitudes comunicacionais, da construção de propostas inovadoras que formatem novas ofertas sociais, da integração no quotidiano de espaços propiciadores de reflexão sobre aquilo que se faz, como se faz e porque se faz. É preciso enveredar pela criação de novas representações a partir de novas práticas.

**B - Valorizar a intervenção reflexiva e a investigação-acção.**

Confrontados diariamente com a urgência da resposta, os assistentes sociais desenvolvem acções detentoras de um residual assistencialista que importa incorporar como um patamar de intervenção não limitativo da sua imagem ou da sua prática. Ponderar as oportunidades, os recursos, os meios, os limites pessoais, profissionais, institucionais e sociais, exige por um lado uma ruptura com procedimentos standartizados e por outro lado a previsão de momentos de paragem para a escrita, a análise e a reflexão. O trabalho em equipa, a actualização de conhecimentos, a participação em fóruns de discussão alarga horizontes e favorece a inovação das práticas quotidianas. É importante conceber a intervenção como uma mediação social, capaz de articular diferentes níveis e perfis de intervenção (Almeida, 2001). Neste contexto, é importante associar a investigação (produção de conhecimentos) e a acção (intervenção), como garante tanto da adequabilidade desta ao conhecimento objectivo da realidade social, como da participação dos sujeitos e da formação de competências que um processo de mudança exige.

**C - Reconhecer os poderes associados à intervenção.**

Apesar de a intervenção dos Assistentes Sociais se processar à margem do exercício de um poder coercivo, resultando por isso naquilo que se designa por mediação desarmada, é inegável a sua contribuição no processo de procura de



alternativas à exclusão social e na resolução dos problemas sociais. As fontes de legitimação da sua intervenção são diversas, com referências a nível conceptual, contextual e técnico-metodológica. A primeira decorre da perspectiva humanista e relacional que lhe está associada desde a institucionalização dos serviços sociais e do trabalho social; a segunda deriva do lugar intermediário do serviço social nas organizações, designadamente no âmbito da regulação da(s) procura(s) e da(s) oferta(s) social(is); a terceira prende-se com os saberes e competências associados à prática dos Assistentes Sociais, fortemente influenciados por conhecimentos provenientes das ciências sociais. Apesar de a sua intervenção se processar num clima de ausência de poder, é-lhe atribuído um papel mediador no processo de resolução de problemas sociais, tanto pelos clientes como pelas organizações. Ora, a noção de acção está logicamente ligada à de poder (Giddens, 1996: 128). A acção implica, por um lado, a utilização de meios para alcançar resultados, através da intervenção directa de um actor no decurso do fenómeno e, por outro lado, uma acção intencionada. O poder representa a capacidade de um agente para mobilizar recursos que permitam alterar o curso de um fenómeno, e é uma propriedade da interacção. Por isso, poder-se-á falar de poder associado à intervenção como produto de factores intrínsecos e extrínsecos ao saber fazer profissional, um poder com características próprias:

**Poder relacional:** A mediação do assistente social processa-se sempre no contexto de confluência de comunicações, reciprocidades e trocas. Apesar de se reconhecer que estas são também condições subjacentes a práticas de persuasão, quando esta se sobrepõe à capacidade de escuta e de diálogo deixamos de estar na presença de um processo de mediação. Este exige tempo e desenvolve-se de forma catalítica, no quadro de uma “liberdade relativa de escolha” e num processo crescente de autonomia dos sujeitos que recorrem aos serviços.

**Poder partilhado e micro:** Quando a solução provem apenas de uma fonte, ela resulta da autoridade que lhe é atribuída. Ora, o desempenho profissional faz-se sentir a nível micro (utentes, familiares, contexto social) e resulta da combinação de esforços de diversos intervenientes: a equipa, outros profissionais, o utente, a família, organizações da comunidade, voluntários. Raramente a sua acção resulta

de uma decisão própria e unidireccional. Por isso, o seu poder é partilhado e micro.

**Poder proponente:** Resulta da capacidade de elaborar propostas e projectos capazes de sinalizar problemas sociais, instituir salvaguardas processuais no plano dos direitos e deveres do utente-cidadão, argumentar de forma convincente, rigorosa e objectiva sobre as vantagens, as desvantagens, os limites e as potencialidades dos clientes, apresentar novas propostas de acção, defender os interesses do utente no quadro dos direitos que estão consagrados na lei, e dentro dos princípios da equidade e da justiça social, propor e elaborar projectos inovadores no campo social. O enquadramento legal confere legitimidade ao fazer profissional e vem reforçar a sua credibilidade.

**Poder consultivo:** Está aliado ao anterior, e resulta da proximidade que o assistente social tem com o utente e com o meio, e da sua capacidade para analisar a realidade social envolvente, a sua dinâmica, os seus limites e potencialidades. O conhecimento do contexto territorial e pessoal das situações atribui-lhe um poder consultivo por parte da administração ou gestão dos serviços sempre que seja necessário. É no quadro deste poder que se poderão inserir diligências de pesquisa-acção, como aproximações ao terreno, levantamento de novos dados, estudo das variáveis consideradas úteis à interpretação da situação na sua globalidade e particularidade. Tais procedimentos dão visibilidade a situações até aí não diagnosticadas e viabilizam o desenvolvimento de novas formas de intervenção.

**2 – A confirmação de uma cultura de investigação** que permita a transformação do campo da intervenção em objecto de pesquisa, no plano micro (destinatários/utentes), meso (processos de intervenção) ou macro-social (problemas e políticas sociais), e o submeta à lógica da prova e da descoberta.

Como refere Brigitte Bouquet (2005:58), a pesquisa em trabalho social traduz-se em operações que permitem construir objectos de conhecimento a partir de práticas concretas, que tomem em consideração a experiência quotidiana com o fim de formalizar e enriquecer os saberes profissionais através de uma actividade discursiva de conceptualização. No entanto, como salientam Madureira

Pinto e Santos Silva, a reflexão sobre a intervenção profissional "não se pode resumir à narrativa e até à crítica retrospectiva de ideias descobertas ou invenções: é uma reconstrução analítica das condições internas na investigação científica... e das suas condições sociais..." e acrescentam que o conhecimento não é um estado, mas sim "um processo complexo de adaptação activa e criadora do homem ao meio envolvente, implicando articulações entre prática e pensamento, vivências e representações/operações simbólicas (...). O que percebemos é já um conjunto de informações seleccionadas e estruturadas segundo certas leis de organização e em função de experiências passadas, das necessidades práticas da acção do sujeito" (1986:10). Teoria e prática são *constructus* associados e interdependentes, e, seguindo este raciocínio, a investigação é em si constitutiva da prática profissional, responsável pela sua reconstrução teórica-metodológica e pela superação das representações teóricas e ideias introduzidas pelo serviço social na sua tradição.

O movimento de reflexão sobre as condições objectivas do desenvolvimento da investigação e sua pertinência, e sobre o objecto e os objectivos da investigação em Serviço Social ocorreu a partir dos anos 90, com o reconhecimento dos graus de licenciatura e de mestrado, e muito recentemente de doutoramento nesta área. Seminários realizados a nível nacional e europeu têm permitido a análise de questões epistemológicas da pesquisa desenvolvidas no plano académico e profissional. Como refere Marc-Henry Soulet (2002, in Bouquet, 2005), "a investigação é um meio de interrogar de forma diferente aspectos da realidade social já analisados pelas ciências sociais constituídas, privilegiando-se a sua dimensão social problemática", mas esse questionamento está ainda muito ligado ao meio académico, uma vez que é no quadro da formação avançada que ele se processa e tem visibilidade.

Esta cultura de investigação embrionária pressupõe que a aplicação e a construção de conhecimentos a partir da realidade profissional seja uma exigência no plano do conhecimento das problemáticas sociais, da formalização e conceptualização de saberes profissionais, e que alicerce a tomada de decisão política na elaboração de políticas sociais adequadas à realidade. Desse modo, reforça-se a pertinência e a eficácia da acção. Mas para que tal aconteça, coloca-se a exigência de análise da importância dos conteúdos teóricos, da rede

conceptual que fundamenta posturas inovadoras e do papel activo e limitações do interventor-investigador no plano da construção do conhecimento.

Como refere Giddens (1996) para os investigadores não é apenas importante aquilo que produzem mas a forma como o fazem. Todas as teorias são extremamente abstractas. Quando muito elas podem sensibilizar-nos para as ambivalências do desenvolvimento. Elas podem contribuir para a compreensão tanto das incertezas como dos desafios que se colocam na actualidade; elas podem abrir os nossos olhos para dilemas evitáveis e para os quais temos de nos preparar, como salienta Habermas (1994:116-117, in May, 1997). Embora as teorias nos permitam entrar em ruptura com o pensamento quotidiano, por vezes o seu nível de generalidade pode ser de pouca utilidade ou reflectir perspectivas limitadas. Para compreender e explicar o mundo social, é necessária teoria e a teoria precisa de investigação. “A ciência é um esforço sistemático para exprimir em pensamento as estruturas e a forma como actuam os factos na realidade e para agir independentemente do pensamento” (Blaskar, 1975:250, in May, 1997). Como acrescenta Tim May (1997) a teoria contribui tanto para a compreensão e explicação da vida social como para a sua mudança.

De acordo com Jean-Marie Barbier (2000), existem algumas condições teóricas, epistemológicas e metodológicas para que o campo das práticas se possa transformar num campo de investigação, conforme a figura 2.

**Figura 2 - Matriz analítica das condições a observar para a transformação do campo de práticas em campo de investigação**

CONDIÇÕES A OBSERVAR	
<b>TEÓRICAS</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Contextualizar as acções nos seus ambientes</li> <li>• Estabelecer a Interação entre os elementos afectivos, representativos e operatórios presentes na acção humana</li> <li>• Considerar a singularidade das acções</li> <li>• Considerar as dinâmicas articuladas de modificação de condutas/acções de produtos e produtores</li> <li>• Integrar as significações atribuídas pelos actores sociais às suas acções;</li> <li>• Atender à polifuncionalidade das práticas.</li> </ul>
<b>EPISTEMOLÓGICAS</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Distinguir de forma estrita os diversos aspectos a ter em conta na investigação: Finalização das práticas e sua transformação e Inteligibilidade e articulação das práticas.</li> <li>• Distinguir semântica comum da acção</li> </ul>

	<ul style="list-style-type: none"><li>• Distinguir a semântica da inteligibilidade das acções</li><li>• Distinguir critérios de validação das investigações (o intervalo de regularidades ou compreensão do inédito ou da singularidade)</li><li>• Considerar a inteligibilidade das práticas e não da ciência</li></ul>
<b>METODOLÓGICAS</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Estabelecer uma combinação coerente entre análise do trabalho e da actividade, análise dos discursos e análise das trajectórias.</li></ul>

Adaptação de J-M Barbier (2000), comunicação efectuada em Paris no decurso do *Seminário "Questions épistemologiques de la recherche en travail Social."*

As práticas constituem-se para a investigação como elementos diariamente impulsionadores de novos conhecimentos, visto que a sua temporalidade é transversal, isto é têm por referência o passado, efectivam-se no presente e projectam-se no futuro.

Das condições apontadas pelo autor, merecem especial referência:

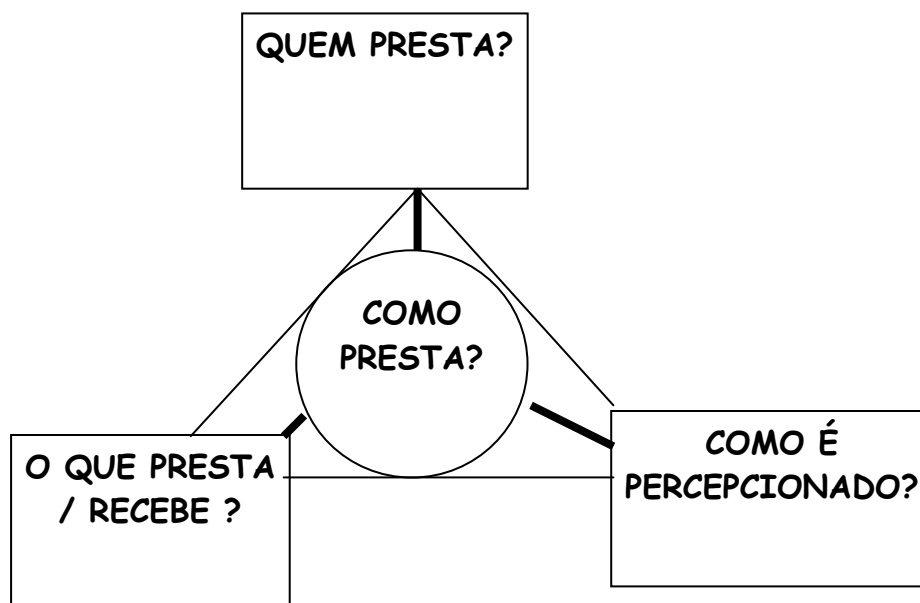
**A - O reconhecimento da importância dos conteúdos teóricos** que fundamentam as práticas renovadas e o sentido que lhes é atribuído, uma vez que a teoria permite restringir a amplitude dos factos a serem observados e orienta os principais aspectos de uma investigação; oferece um sistema de conceitos, resume o conhecimento, estabelece uniformidades e generalizações e indicia lacunas no conhecimento. A apreensão do objecto implica como refere Barbier (2000) a combinação coerente entre a análise do trabalho e actividade, análise dos discursos e análise das trajectórias

**B - A identificação da rede conceptual** que alicerça posturas inovadoras. Os conceitos organizam a realidade, retendo as características distintas e significativas dos fenómenos, e designam, por abstracção, objectos perceptíveis. É o conceito que postula a realidade do objecto e a sua inteligibilidade.

Por exemplo, importa reconhecer a rede conceptual associada ao conceito de suporte social para estabelecer tanto os parâmetros de acção como da investigação. Suporte social pode ser entendido como um

conjunto de relações inter-pessoais; um processo transaccional complexo que envolve interacções entre o indivíduo e a sua rede de apoio, e um mecanismo ou factor protector de consequências derivadas de situações de crise ou de stress. Deste conceito decorrem quatro perspectivas de análise: objectivos e finalidades, processos, funções e sistemas. Cada eixo analítico poderá ser decomposto em diversas variáveis. Ora, quando se aborda a questão da importância da família como suporte social (por exemplo na doença ou no ensino) temos de reconhecer as dimensões avaliativas que o conceito integra. Daqui emerge um modelo analítico que permita responder a diferentes questões referentes à avaliação do suporte social : Quem presta? O que presta-recebe? Como presta? Como é percebido o apoio social?

**Fig. 3 - Modelo Analítico para avaliação do suporte social: Dimensões e variáveis**



Avaliar o suporte social familiar implica um propósito analítico e de mensuração. A tomada de decisão de envolvimento da família no processo de intervenção pela participação activa dos seus membros na prestação de apoios diferenciados e pela articulação com outros serviços, implica uma avaliação rigorosa das reais possibilidades da família. O

conceito de suporte social é pois considerado um guia no plano da intervenção e da investigação. Sem ele o exercício profissional reduz-se à reprodução de modelos de intervenção e a sua acção é cega. Sem ele a investigação não tem sentido nem validade.

**C - A aceitação do papel activo e limitações do interventor-investigador social** no plano da construção do conhecimento. A(s) realidade(s) com que lida no seu quotidiano profissional são uma fonte de conhecimento. Elas permitem reformular, rejeitar, redefinir e esclarecer teorias, clarificar conceitos e encontrar uma (nova) ordem explicativa dos fenómenos. A proximidade com os utentes/cidadãos e com o terreno constitui uma mais valia no processo de compreensão dos contextos de emergência e de desenvolvimento dos problemas sociais, dos limites da aplicabilidade das medidas de política social, dos modelos de intervenção subjacentes e dos procedimentos utilizados.

O desenvolvimento de uma cultura de investigação mostra-se útil e urgente, na medida em que favorece, por um lado, o desenvolvimento de acções coerentes, teoricamente fundamentadas, estratégicas, isto é cognitivamente orientadas por relações meios-fins, adaptadas à realidade social de intervenção, e por outro lado, a produção de novos saberes. O campo da acção não pode nem deve ser entendido como um depósito de conhecimentos que se traduzam numa rotina, nem o interventor um mero executor de recursos segundo procedimentos standartizados. A acção é o resultado de interpretações (do contexto, dos actores, das procuras, das medidas de política social) e de opções objectivadas em práticas diversas. Tais práticas são indiciadoras de realidades, no que respeita aos destinatários e aos actores intervenientes na acção, no domínio dos problemas e das políticas sociais e ainda a nível dos saberes e procedimentos profissionais utilizados e (re)construídos no quotidiano. Realidades que importa compreender, explicar, avaliar, estruturar e conceptualizar.

A responsabilidade das instituições universitárias na confirmação (isto é, afirmação, desenvolvimento e consolidação) de uma “cultura de investigação”

que aproxime os discursos da teoria e da prática é acrescida. Apenas fazendo e ensinando a fazer investigação, no quadro de uma lógica de construção de conhecimentos que supere os limites da esfera universitária e invista na interacção com a esfera profissional (através da elaboração e desenvolvimento de projectos de pesquisa que observem a dinâmica da praxis social), é possível afirmar e valorizar o potencial dos conhecimentos produzidos no contexto da intervenção. A relação de proximidade com o campo da prática permite renovar conhecimentos, aproximar estratégias analíticas e valorizar saberes.

### Referências Bibliográficas:

- ALMEIDA, Helena (2001). *Conceptions et pratiques de la médiation sociale. Les modèles de médiation dans le quotidien professionnel des assistants sociaux*, Coimbra, Fundação Bissaya-Barreto / Instituto Superior Bissaya-Barreto.
- ALMEIDA, Helena (2002). *Serviço Social, ética, deontologia & projectos profissionais*, in [www.cpihts.com](http://www.cpihts.com)
- ALMEIDA, Helena (2004). “Família, suporte social na doença”, Comunicação efectuada no Congresso *Família XXI: Ilhas de (in)segurança?*, Figueira da Foz.
- BANKS, Sara (1995). *Ethics and values in social work*, London, Macmillan Press, 1995.
- BAPTISTA, Myrian Veras (2001). *A Investigação em serviço social*, Lisboa: CPIHTS / VERAS ed.
- BARBIER, J.M. (2000), “Reflexion sur les conditions dans lesquelles un champ de pratiques peut devenir un champ de recherches”, Paper presented on the conference “*Problèmes épistemologiques de la recherche en travail social*”, Paris, Mars.
- BERGER, Peter e LUCKMANN, Thomas (1976). *A construção social da realidade. Tratado de sociologia do quotidiano*. 3ª edição, Petropolis: Editoria Vozes Lda.
- BLANC B. & al. (1986). *Actions collectives et travail social*, Tome 1: *Contextes et Réalisations*, Paris, Éditions ESF.



- BOUQUET, Brigitte (2005). L'avènement de la recherche sociale?, in GUÉGUEN, Jean-Yves (coord.). *L'année de l'action sociale. L'analyse des principales tendances, le premier anuaire professionnel nominatif*. Paris: Dunod, 53-63.
- CHAUVIÈRE, Michel (2005). Travail social: une nouvelle conscience critique et des qualifications en chantier, in GUÉGUEN, Jean-Yves (coord.). *L'année de l'action sociale. L'analyse des principales tendances, le premier anuaire professionnel nominatif*. Paris: Dunod, 3-17.
- CROZIER, M. & FRIEDBERG, E. (1977). *L'acteur et le système, Les contraintes de l'action collective*, Paris, Éditions du Seuil.
- CROZIER, M. (1963). *Le phénomène bureaucratique*, Paris, Éditions du Seuil.
- DE BRUYNE, P. & al. (1974). *Dynamique de la recherche en sciences sociales, Les pôles de la pratique méthodologique*, Paris, PUF.
- DE SOUZA, Ricardo Timm (2003). *Sobre a construção do sentido. O pensar e o agir entre a vida e a filosofia*. Col Elos. S. Paulo: Editora Perspectiva.
- DUBAR, C., (1996). *La socialisation, Construction des identités sociales et professionnelles*, 2<sup>a</sup> ed., Paris, Éditions Armand Colin.
- ERICKSON, F.(1986). "Qualitative methods in research on teaching" in WITTROCK M.C., *Handbook of research on teaching*, Nova Yorque, Macmillan.
- FALEIROS, V. (1985). *Saber profissional e poder institucional*, S.Paulo, Cortez Editora.
- FERREIRA, J.M. Carvalho et al. (1995). *Sociologia*. Alfragide: Ed. McGraw-Hill Portugal.
- GIDDENS, Anthony (1996). *Novas Regras do Método Sociológico*. 2<sup>a</sup> Edição, Col. Trajectos, Lisboa: Gradiva.
- GIDDENS, Anthony (2002). *Sociologia*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- GRAWITZ, M. (1986). *Méthodes des Sciences Sociales*, Paris, Précis Dalloz, 7<sup>e</sup> edition.
- GROULX L. (1984). "Recherche et formation en service social au Quebec: tendances et interprétation" in *Service Social dans le Monde*, 3.
- HELLER, Agnes (1994). *Sociologia de la vida cotidiana*. Col. História/Ciência/Sociedade 144, 4<sup>a</sup> edição, Barcelona: Ediciones Peninsula.
- HOWE, D. (1987). *An introduction to social work theory: making sense in practice*, Community Care, England, Wildwood House Limited.

- LESSARD-HÉBERT G., & BOUTIN G. (1984). *Investigação qualitativa: fundamentos e práticas*, Lisboa, Instituto Piaget.
- MAY, Tim (1997). *Social research. Issues, methods and process*, second edition, Buckingham: Open University Press.
- NETTO, José Paulo (2001). A construção do projecto ético-político de serviço social frente à crise contemporânea, in HENRIQUEZ, Alfredo et al. *Serviço Social, ética, deontologia & projectos profissionais*, Lisboa: CPIHTS.Veras-ICSA, 11-29.
- PAIS, José Machado (2002). *Sociologia da vida quotidiana, Teorias, métodos e estudos de caso*, Lisboa: ISCTE/ICS.
- PAYNE, Malcolm (2002). *Teoria do trabalho social moderno*. Col. Serviço Social 2 (Instituto Superior Miguel Torga), Coimbra: Quarteto Editora.
- QUIVY, Raimond e CAMPENHOUDT, Luc Van (1998). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*, 2ª Edição, Col. Trajectos, Lisboa: Gradiva.
- RONNBY, A. (1992). "Praxiology in Social Work" in *International Social Work*, vol,35, pp.317-329.
- SCHÖN, D. (1987). *The Reflective Practitioner: How Professionals Think in Action*, New York, Basic Books.